

# Economia Pacote "51" elevou receita, mas não cortou despesas

O pacote 51 completou um ano no último dia 10 sem haver conseguido melhorar as contas do Governo Federal. As medidas prometiam aumento na arrecadação e, de janeiro a setembro, as receitas de fato cresceram 23,3%. Elas prometeram, também, cortar despesas - que, ao contrário, aumentaram 17,9% no mesmo período.

O mérito do pacote 51 foi apenas evitar que as despesas crescessem ainda mais, segundo explicou o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas. Isso porque os cortes não foram feitos em cima do que se gastou no ano passado, mas sobre o que o Governo poderia vir a gastar em 98 e 99, se nada fosse feito. Por isso, mesmo aplicando os cortes previstos, as despesas cresceram.

"Todo pacote é feito assim", disse Velloso. "Projetase o comportamento dos gastos, obtém-se números catastróficos e depois cortase." O próprio Governo admite que não aplicou 13 das medidas anunciadas no pacote - a maior parte delas, referentes a corte de despesas. Mesmo assim, o Ministério da Fazenda garante que obteve, até agora, uma economia de R\$ 22,04 bilhões com as medidas. A previsão inicial era um ganho fiscal de R\$ 19,72 bilhões.

Foi um sucesso no sentido de evitar uma explosão dos gastos, mas não teve a profundidade necessária para evitar a piora nas contas federais, segundo analisou Raul Velloso. "Foi mais do que esperávamos mas, como a situação fiscal deteriorou-se demais, o resultado não aparece", comentou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Foi um fracasso? Segundo o economista Raul Velloso, não. Ele acredita que a impressão de que o Pacote 51 não atingiu seus objetivos decorre da

maneira como ele foi divulgado, pois esperava-se que, uma vez aplicado o programa, as contas de 98 apresentariam uma melhora da ordem de R\$ 20 bilhões, ou 3% do Produto Interno Bruto (PIB) com relação a 97. Ele lembrou que, em recente entrevista, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Francisco Lopes, disse que as contas primárias do Governo central sairiam de um déficit de 0,2% do PIB em 97 para um superávit de 0,6% do PIB em 98.

Segundo Velloso, pode-se apontar três responsáveis pela deterioração da saúde das contas públicas: os gastos com pessoal, o pagamento de benefícios previdenciários acima da arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social (-INSS) e as despesas de custeio e investimento do governo, conhecida como Outros Custeiros e Capital (OCC). "Esses são os principais itens de despesa do Governo", disse ele. "Todos estão em trajetória ascendente desde o início do Real."

Os gastos de pessoal, lembrou Velloso, crescem todo ano, independentemente de o Governo conceder aumento ou não. Isso ocorre por causa de promoções automáticas por tempo de serviço e pela aposentadoria de servidores, entre outros fatores. Até setembro, os gastos com pessoal haviam aumentado 15,5%, embora o Governo Federal não conceda reajuste há três anos. De acordo com dados do balanço, algumas poucas medidas foram adotadas para aliviar a situação. Uma economia pequena, de R\$ 70 milhões, foi obtida com a retirada da folha de pagamentos, de inativos que não se recadastraram. Outros R\$ 70 milhões foram poupadados com a suspensão das contratações temporárias.



PARENTE: deterioração fiscal